

Aumenta o buraco público

O governo federal, que, afinal, deveria ter superávit para conter a inflação, segundo seus próprios termos, apresentou um déficit primário de R\$ 1,6 bi, resultado negativo inédito para um 1º semestre.

O pior é que, enquanto as receitas caem (3,3% em relação a 2014), pelo próprio efeito da recessão, as despesas continuam a subir (aumento de 0,5% com relação a 2014).

Como o déficit financeiro cresce, a situação vai ficando incontornável. A alta da taxa de juros traz mais recessão - o que implica menos arrecadação - e por aí vai.

O governo não toca quase na grana dos ricos (vejam a matéria sobre distribuição de renda). Não planeja uma reforma fiscal para tirar de quem tem. E vai tirando dinheiro de onde? Que despesas são cortadas? As da saúde, em primeiro lugar, depois as da educação - todas vinculadas às necessidades da parte mais pobre da população. Finalmente, as despesas do famoso PAC.

Mais: o valor total de salários pagos aos trabalhadores formais do País caiu 0,32% nos primeiros quatro meses deste ano em relação a igual período de 2014, totalizando R\$ 375,7 bilhões. Resultado do aumento do desemprego, da inflação alta e da substituição de salários maiores por menores.

Em tempo, o Bradesco lucrou 18% a mais neste segundo trimestre.

Mercado Exterior

Matéria da Folha-Alvaro Fagundes e Renata Agostini- mostra que o Brasil é um dos países onde as exportações contribuem menos para o PIB. Veja o quadro que eles publicaram:



O Brasil ficou com menos da metade da média, que é de 29,8% do PIB.

Os neoliberais de plantão logo gritaram contra o fechamento de nossa economia, a velha ladainha que para que nos tornemos de vez um país exportador de minérios e produtos agropecuários, completamente dependentes das importações de manufaturados e serviços dos países desenvolvidos.

Para tristeza destes economistas, o grau de abertura do Brasil é similar ao dos EUA mas, estes respondem por mais de 10% do fluxo internacional de mercados, enquanto o Brasil detém só 1,2%.

O problema está em outra parte.

Sai de baixo

A equipe do ministro Levy diz que a recessão que o Brasil enfrenta não é culpa do ajuste fiscal. Deve-se à política anterior da presidente Dilma. O que dá a entender que ainda chegaremos a uma recessão muito maior, esta fruto do ajuste Levy-Rousseff.

Sai de baixo.

Deu no Globo

Até o fim do ano, o Parque Nacional da Serra da Capivara (PI) pode sofrer um golpe pesado. A Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm), parceira do governo federal na manutenção da unidade, prepara-se para fechar as portas. Em 2014, seus cofres receberam apenas R\$ 860 mil, verba insuficiente para zelar pela infraestrutura que sustenta o acesso e a

pesquisa em mais de mil grutas rupestres, dispersas por 130 mil hectares no interior do Piauí. Nem o status de Patrimônio Cultural da Humanidade assegurou a entrada de recursos. Se a penúria significar uma ameaça às cavernas pré-históricas, o título atual poderia mudar para “patrimônio em perigo”.

Política monetária do Banco Central da Dilma: só os banqueiros gostam

Em didático artigo publicado na edição do último dia 28 do jornal Valor Econômico, o economista e professor da EAESP-FGV, Ernesto Lozardo, demonstra a insensatez da política monetária do Banco Central da Dilma, ao aumentar seguidamente a taxa básica de juros.

Segundo Lozardo, a política monetária baseada na elevação contínua da Selic “será a principal responsável pelo aprofundamento da recessão econômica, pela taxa de desemprego de dois dígitos, pela perda de arrecadação fiscal e pelo enfraquecimento do ajuste fiscal proposto”. Em entrevista à edição anterior do mesmo Valor Econômico, o professor e ex-conselheiro de Dilma, Luiz Gonzaga Belluzo, previu uma queda do PIB de 2,5% este ano, e de 2% no ano que vem.

Para Lozardo, a taxa básica de juros da economia continuará subindo, “porque os gestores da política monetária acreditam que a inflação é de demanda, quando, na verdade, ela está sendo estimulada, corretamente, pelo aumento compulsório dos preços administrados”.

Em seguida, o professor da FGV ressalta em seu artigo que nos primeiros cinco meses de 2015 o IPCA (índice oficial que mede a inflação no País) subiu 5,23%, sendo que os preços livres tiveram alta de 3,36%, e os administrados (energia elétrica, gasolina, óleo etc.) subiram 11,21%. Estima-se – continua ele – que a alta dos preços administrados atingirá 14% no final do ano. Isso representa quatro vezes mais do que eles subiram em média entre 2010 e 2014.

Ou seja, Lozardo demonstra como a inflação atual é puxada pelos preços administrados, que não respondem ao aumento da taxa de juros. Já os preços livres, aponta ele, “continuarão em queda por causa da perda do poder aquisitivo da moeda e dos salários, da diminuição da massa real dos salários, da elevação rápida do desemprego e das incertezas sociais em relação à recuperação econômica e recuperação real dos salários”.

Lozardo prossegue colocando a questão: “para que continuar aumentando os juros?” E defende que já a partir do segundo semestre deste ano o Banco Central inicie um processo de redução da taxa Selic, para que em meados de 2016 a taxa real (descontada a inflação) esteja próxima de 2,5% ao ano (hoje ela está em 5,7% ao ano).

Em [artigo](#) publicado na Folha de São Paulo também no dia 28, o senador tucano José Serra vai na mesma linha de crítica avassaladora à política monetária do Banco Central da Dilma: “Tenho reparos a qualquer elevação agora da taxa Selic. Os quatro principais fatores que costumam justificar a elevação dos juros hoje estão ausentes: economia aquecida, inflação de demanda, estresse no balanço de pagamentos e baixo diferencial de juros com o exterior”.

E Serra prossegue demonstrando como a elevação da taxa de juros, ao mesmo tempo em que aumenta as despesas públicas (cada novo aumento de um ponto na Selic amplia os gastos do Governo com o serviço da dívida em R\$ 15 bilhões, aponta o senador), deprime a economia, diminuindo a arrecadação de impostos. Com isso, a atual política monetária turbinou o déficit público, e desestabiliza a relação dívida/PIB, que chegará a 66% no final do ano. Serra afirma, ainda, que a despesa de juros chegará a 8,5% do PIB (“a maior do mundo!”, escreve ele), e o déficit público nominal chegará a 8,35% do PIB no fim de 2015! “É esse o déficit que importa: não adianta o primário descer pela escada e o nominal subir pelo elevador”, argumenta o tucano, com razão.

Poucos dias depois da publicação do artigo do senador paulista, foram divulgados os números das contas públicas no primeiro semestre de 2015: déficit primário de R\$ 45,7 bilhões em 12 meses, equivalentes a 0,8% do PIB, o pior resultado da série histórica iniciado em 2001; déficit primário de R\$ 1,597 bilhão de janeiro a junho, sendo a primeira vez que o Governo fecha os seis primeiros meses de um ano com resultado negativo; déficit primário de R\$ 8,205 bi em junho, o pior resultado para o mês desde o início da série histórica, em 1997.

Serra conclui o artigo lembrando que “nem todos perdem com aumentos desnorteados dos juros básicos. Há quase R\$ 900 bilhões em operações compromissadas –dívida realizada pelo Banco Central com o mercado financeiro para controlar a quantidade de dinheiro da economia. Além de R\$ 500 bilhões de dívida atrelada à Selic. Todo esse passivo de prazo curtíssimo e custo enorme para o Estado traz, sim, ganhos siderais para os que estão do outro lado, e são pouquíssimos”.

De fato, a mesma edição do Valor Econômico que traz o artigo de Lozardo, noticia que o lucro dos bancos deve crescer 13,7% no segundo trimestre deste ano, em comparação com igual período do ano passado. Resultado obtido, justamente, pelo avanço da taxa de juros...

Dados da receita mostram que os mais ricos pagam menos imposto no Brasil

Em artigo publicado na edição do último dia 31 do jornal Valor Econômico, os economistas Sergio Wulff Gobetti e Rodrigo Octávio Orair fazem uma radiografia da má distribuição de renda na sociedade brasileira a partir dos dados das declarações de imposto de renda de pessoas físicas entre 2008 e 2014, recentemente divulgados pela Receita Federal.

Primeiro, apontam que 0,3% dos declarantes de imposto de renda, ou 0,05% da população economicamente ativa no País, concentram 14% da renda total e 22,7% de toda a riqueza declarada em bens e ativos financeiros. São 71.440 pessoas com renda anual superior a R\$ 1,3 milhão, totalizando rendimentos de R\$ 298 bilhões e patrimônio de R\$ 1,2 trilhão em 2013.

Da renda desse estrato social que figura no topo da pirâmide, apenas 1/3 é tributado. Os outros 2/3 estão isentos de impostos pela nossa legislação. O percentual de isenção para a média geral dos demais declarantes é de 23,8%, e de apenas 8,3% para a imensa maioria, aqueles que receberam menos de cinco salários mínimos mensais em 2013.

Em média, o declarante do estrato extremamente rico paga 2,6% de imposto sobre sua renda total, enquanto o estrato intermediário paga 10,2%.

Segundo os autores do artigo, essa distorção se deve principalmente ao que eles chamam de “uma jabuticaba da legislação tributária brasileira”: a isenção de lucros e dividendos pagos a sócios e acionistas das empresas. E prosseguem os autores: “a justificativa para esta isenção é evitar que o lucro, já tributado ao nível da empresa, seja novamente taxado quando se converte em renda pessoal, com a distribuição de dividendos. Antes que o leitor formule sua opinião derradeira sobre essa questão, uma informação adicional: entre 34 países da OCDE, apenas três isentavam os dividendos até 2010. México retomou a taxa em 2014 e República Eslováquia em 2011, por meio de uma contribuição social. Restou somente a Estônia, que, assim como o Brasil, isenta totalmente os dividendos”.

Gobetti e Orair afirmam que o Brasil possui uma carga tributária equivalente à média dos países da OCDE, por volta de 35% do PIB, mas tributa muito pouco a renda, sobretudo a dos mais ricos, sobretaxando a produção e o consumo. Segundo eles, a reintrodução da tributação sobre dividendos, do modo como ocorria até 1995, ajudaria a reduzir as desigualdades sociais no Brasil e contribuiria em muito com o ajuste fiscal, com cerca de R\$ 50 bilhões de receita adicional.

Tá um bom debate a ser feito, e uma boa briga a se comprar, para a conta do ajuste fiscal não cair apenas nas costas dos trabalhadores.

O povo não confia nos políticos e tem medo da polícia

Duas pesquisas divulgadas nos últimos dias mostram que o povo brasileiro não é besta, e sabe onde lhe doem os calos. Segundo levantamento do IBOPE, em um ano, a confiança na presidente caiu pela metade, de 44 pontos numa escala de zero a 100, para 22 pontos; a confiança nos partidos políticos caiu de 30 para 17; e a confiança no Congresso Nacional caiu de 35 para 22.

Já pesquisa do Datafolha mostra que 62% dos moradores de cidades com mais de 100 mil habitantes têm medo de sofrer agressão da Polícia Militar. Entre os que relatam ter medo da PM, a maioria é formada por jovens, pobres, negros e moradores do Nordeste.

Motivos para isso não lhes faltam.